

Linguistas brasileiros sugerem plano para discutir Acordo Ortográfico no espaço lusófono

Dois professores e linguistas brasileiros sugeriram na Assembleia da República a constituição de um plano de trabalho e de um sítio na Internet dirigido a todos os países lusófonos para discutir o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa (AO).

Lisboa, 27 nov (Lusa) -- Dois professores e linguistas brasileiros sugeriram hoje na Assembleia da República a constituição de um plano de trabalho e de um sítio na Internet dirigido a todos os países lusófonos para discutir o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa (AO).

"Estamos a conversar com universidades, outras instituições, e queremos deixar a mensagem para todos os países de língua oficial portuguesa, para que entrem no site 'www.simplificandoaortografia.com' e conversem connosco", referiu à agência Lusa Ernani Pascoal, antes de revelar que a proposta já mereceu o apoio da Universidade Lusófona.

"Temos um abaixo-assinado de apoio ao 'simplificando a ortografia', que foi assinado pelo presidente e o reitor da Lusófona", precisou.

Na sua primeira visita oficial a Lisboa em representação do grupo de trabalho do Senado federal do Brasil sobre o AO, Ernani Pimentel, professor de português, e Pasquale Cipro Neto, ex-jornalista e professor, colaborador do diário Folha de São Paulo, compareceram esta tarde perante a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, do parlamento português, para avaliar a disposição em reabrir o debate sobre o acordo.

O plano apresentado sugere um debate entre alunos e professores de todos os países lusófonos "sobre atitudes ortográficas e

simplificadoras" durante o primeiro semestre de 2014. Em agosto, cada país deverá reunir as suas sugestões, que, por fim, serão abordadas num "Simpósio Linguístico-Ortográfico" organizado pela Academia de Letras de Brasília em setembro de 2014.

Na exposição perante a comissão, na presença da deputada do PSD Rosa Arezes, do PS Gabriela Canavilhas, do CDS/PP Michael Seufert, de Miguel Tiago do PCP e de Luís Fazenda do BE, os dois professores protagonizaram uma autêntica lição de ortografia e semântica e não pouparam um AO onde "há muitas situações sem resposta".

O "festival de horrores" no texto acordado, ou a ausência de "seriedade" na sua aplicação, "um verdadeiro estupro", foram algumas das adjectivações dos dois professores brasileiros, para quem o acordo só pode ter uma designação: "desacordo".

"Há diferenças entre o texto e o que foi feito com ele. Reformar a reforma, que contém uma séria de incorreções, é a nossa proposta", sublinhou Pasquale Neto na sua intervenção.

Já Ernani Pimentel, que também coordena o grupo de trabalho do Senado brasileiro, alertou para a necessidade de os professores "entenderem" o que ensinam e não se contradizerem, "para que os alunos não deixem de acreditar neles", e admitiu "casos de alunos na universidade brasileira com inúmeros erros de ortografia numa redação e nota máxima".

"Deixou de se saber ensinar ortografia", alertou.

No período de perguntas e respostas, ao serem questionados por Rosa Arezes sobre o adiamento da aplicação do acordo no Brasil para 2016, Pasquale Neto esclareceu que "foi por terem feito barulho", enquanto o seu colega frisou que a ideia sugerida consiste em "discutir

simplificações e ver as que podem ser adotadas, antes de terminar o prazo".

O AO começou a ser negociado em 1975 e foi assinado em 1990 pelos oito países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Ratificado por todos, exceto Angola e Moçambique, entrou em vigor em 2009 em Portugal e no Brasil, mas previa um período de adaptação, durante o qual seriam aceites as duas grafias. Após prolongado o prazo inicialmente previsto, de três anos, esse período terminará no próximo ano em Portugal (maio) e no Brasil (dezembro).

O acordo foi ratificado pelo Brasil em 2008, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com previsão de passar por um período de adaptação, até dezembro de 2012, quando as duas normas seriam aceites, entrando oficialmente em vigor a partir de janeiro deste ano.

Caso não se verificarem alterações, o AO entrará em vigor no Brasil a partir de janeiro de 2016, conforme determinação do último decreto presidencial que tratou do tema, expedido em dezembro de 2012, uma vez que a moratória termina em dezembro de 2015.

Angola e Moçambique ainda não ratificaram o acordo, e à exceção de Portugal e do Brasil, os restantes não definiram datas para a sua aplicação.